



RESISTÊNCIA, TRAVESSIA E ESPERANÇA: A luta em defesa da reconstrução do Brasil

Líder – Reginaldo Lopes (MG)

Vice – Líderes

Erika Kokay

Gleisi Hoffmann

Helder Salomão

Leo de Brito

Maria do Rosário

Natália Bonavides

Nilto Tatto

Patrus Ananias

Paulo Guedes

Paulo Pimenta

Professora Rosa Neide

Rogério Correia

Rui Falcão

Zé Neto

Coordenação da Liderança do PT

Francisca Carvalho, Giles Carriconde, Gustavo Cordeiro, Kerison Santos, Marcus Braga

Coordenação de Comunicação

Misiara Oliveira

Produção e Pesquisa

Lorena Vale e Vania Rodrigues

Edição, Elaboração e Revisão de Textos

Kerison Santos, Paulo Paiva

Capa, projeto gráfico e diagramação

Claudia Barreiros

Fotos

Alessandro Dantas, Gabriel Paiva, Gustavo Bezerra e Lula Marques

Fotos da Capa

Gabriel Paiva e Ricardo Stuckert

BANCADA FEDERAL (2019 – 2023)

REGINALDO LOPES (MG) – Líder do PT na Câmara em 2022

| Afonso Florence | ВА | Márcio Macêdo | SE |
|--------------------|----|-----------------------|----|
| Airton Faleiro | PA | Marcon | RS |
| Alencar Santana | SP | Maria do Rosário | RS |
| Alexandre Padilha | SP | Merlong Solano | PΙ |
| Arlindo Chinaglia | SP | Natália Bonavides | RN |
| Benedita da Silva | RJ | Nilto Tatto | SP |
| Beto Faro | PA | Odair Cunha | MG |
| Bohn Gass | RS | Padre João | MG |
| Carlos Veras | PE | Patrus Ananias | MG |
| Carlos Zarattini | SP | Paulão | AL |
| Célio Moura | ТО | Paulo Guedes | MG |
| Enio Verri | PR | Paulo Pimenta | RS |
| Erika Kokay | DF | Paulo Teixeira | SP |
| Flávio Nogueira | PI | Pedro Uczai | SC |
| Frei Anastacio | PB | Professora Rosa Neide | MT |
| Gleisi Hoffmann | PR | Rejane Dias | PΙ |
| Helder Salomão | ES | Rogério Correia | MG |
| Henrique Fontana | RS | Rubens Otoni | GO |
| João Daniel | SE | Rubens Pereira Júnior | MA |
| Jorge Solla | BA | Rui Falcão | SP |
| José Airton Cirilo | CE | Valmir Assunção | BA |
| José Guimarães | CE | Vander Loubet | MS |
| José Ricardo | AM | Vicentinho | SP |
| Joseildo Ramos | BA | Waldenor Pereira | BA |
| Josias Gomes | BA | Zé Carlos | MA |
| Leo de Brito | AC | Zé Neto | BA |
| Leonardo Monteiro | MG | Zeca Dirceu | PR |
| Luizianne Lins | CE | | |



Um ano de mobilização e debates para reconstruir o Brasil

Reginaldo Lopes

Ao longo de 2022, os deputados e deputadas da Bancada do PT na Câmara atuaram firmemente contra o arbítrio e os retrocessos patrocinados pelo governo de extrema direita Jair Bolsonaro. Foi uma atuação em sintonia com movimentos sociais, sindicais e populares, com ações em todas as instâncias para evitar corte de direitos, privatizações, violações de direitos sociais e ambientais, ataques à Educação e à Saúde.

Foi um ano de luta, resistência e de mobilização popular. O processo empreendido pelo PT, os partidos de oposição e as forças progressistas e democráticas resultou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, com um governo que atuará para reconstruir o Brasil com justiça social e respeito aos direitos econômicos, sociais, trabalhistas e ambientais de todo o povo brasileiro.

A Bancada do PT deu sua contribuição para o programa do novo governo. De janeiro a maio, promoveu o seminário Resistência, Travessia e Esperança, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, o PT no Senado, a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Lula. Desdobrado depois em dezenas de mesas redondas realizadas até maio, o seminário diagnosticou os enormes problemas enfrentados hoje pelo povo brasileiro e, ao mesmo tempo, mostrou que temos soluções para tirar o Brasil do atoleiro econômico, social e ambiental.

Um dos desafios para a superação dos problemas será garantir plenas condições de governabilidade para o terceiro mandato de Lula. Aliás, no seminário, Lula e a ex-presidenta Dilma deixaram clara a necessidade de se criar condições de governabilidade para a superação da crise sanitária, política e social provocada pelo modelo neoliberal implementado com o golpe de 2016 e aprofundado pelo neofascista Bolsonaro.

Mesmo na oposição, nossa bancada contribuiu com o debate relativo a novos elementos, com ideias sobre democracia, economia, consumo, direitos econômicos, ambientais, sociais e trabalhistas. O seminário formulou diretrizes para um país com inclusão social, geração de renda e empregos e que garanta o futuro a uma juventude que hoje padece com o desalento e a desesperança.

Como o presidente Lula costuma dizer, precisamos recuperar o nosso legado, e isso será feito a partir de 2023. Nos governos petistas, o Brasil teve avanços superlativos. Países que fizeram revolução talvez não tenham avançado tanto quanto o Brasil naquele período e é nessa perspectiva que vemos o novo governo.

Lula quadruplicou os recursos para a educação, levou mais de 50% de negros à Universidade, tirou o Brasil do Mapa da Fome, pagou a dívida externa e projetou o Brasil no cenário mundial. Avanços em todas as áreas. Com Bolsonaro, o cenário é catastrófico. Só um dado para dimensionar o problema: o Brasil perdeu mais de 35 mil indústrias, uma média de 17 por dia, com o desgoverno que sai em 31 de dezembro.

A presente publicação mostra o que foi o seminário e parte da atuação de nossa valorosa bancada. Vamos começar 2023 afinados com um projeto de reconstrução nacional. O PT e seus aliados e o presidente Lula trazem a esperança de dias melhores. Lula é o líder capaz de construir novos valores, conceitos e trazer de volta a alegria, a tolerância e a autoestima do povo brasileiro.

Uma boa leitura!

Reginaldo Lopes é economista, deputado federal e líder do PT na Câmara em 2022

Seminário Resistência, Travessia e Esperança: reflexões sobre a reconstrução do Brasil

O ano legislativo de 2022 iniciou-se com uma iniciativa de vulto sugerida pelo líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG). Com a participação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidenta Dilma Rousseff, as bancadas do PT na Câmara e no Senado, o Partido dos Trabalhadores, a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Lula promoveram o Seminário Resistência, Travessia e Esperança, que começou no dia 31 de janeiro e teve atividades realizadas até 19 de maio.

Realizado na Câmara, mas em formato híbrido (com participação de convidados via internet), o seminário, segundo, Reginaldo Lopes, visou discutir o legado dos governos petistas, analisar a conjuntura e debater propostas para a reconstrução nacional, o principal desafio do futuro governo Lula que seria eleito em outubro. Estratégias de atuação no Congresso Nacional também foram debatidas.

O seminário foi aberto pela presidenta nacional do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Em seguida, falaram Reginaldo Lopes, o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, e o presidente do Instituto Lula, Márcio Pochmann. Depois deles, Lula e Dilma.

Do evento, participaram também ex-ministros dos governos do PT, governadores, prefeita, afiliados ao partido e centenas de convidados, incluindo representantes de entidades dos movimentos sociais, sindicais e populares. Nas semanas subsequentes ocorreram dezenas de outros debates sobre temas diversos, sempre no formato híbrido.

Reconstrução Nacional

O seminário foi concebido para buscar uma melhor compreensão do cenário político, econômico e social do País, facilitando o fortalecimento da luta da oposição e dos setores democráticos contra o processo de destruição de conquistas obtidas ao longo de décadas.

No início do seminário, Reginaldo Lopes ressaltou que entre as propostas em destaque na ação das duas bancadas estavam a revogação do teto de gastos e o Mais Bolsa Família (PL 4086/20), para assegurar a travessia, do ponto de vista da renda. O líder do PT destacou, então, que o partido sempre defendeu uma renda mínima de R\$ 600,00, proposta que depois foi efetivada com a aprovação da PEC do Bolsa Família. "O nosso projeto resgata e avança no Bolsa Família criado no primeiro governo Lula e que foi destruído pelo governo Bolsonaro", afirmou.

Na ocasião, Reginaldo Lopes, antevendo o programa de Lula, disse que o foco das ações ia ser priorizar a economia popular, com projetos de combate à carestia, geração de renda, controle da inflação, aumento real do salário mínimo e projetos que dispõem sobre prorrogação da lei de cotas (PL 3422/2021) e o que cria o Sistema Nacional de Educação, entre outros.

Seminário reuniu especialistas para debater o futuro do Brasil

Lutas das bancadas

O senador **Paulo Rocha (PT-PA)** relembrou a história de luta das bancadas do PT ao longo do tempO senador Paulo Rocha (PT-PA) relembrou a história de luta das bancadas do PT ao longo do tempo, o que permitiu a aprovação de inúmeros projetos que garantiram direitos e melhoraram a vida do povo brasileiro.

Ele disse que é fundamental manter as bandeiras históricas do partido: defesa da democracia e dos direitos fundamentais e eleições soberanas; direitos dos trabalhadores e fortalecimento da economia popular; resistência ao neoliberalismo; política externa de recuperação da nossa soberania; e garantia dos direitos humanos.



Lei Assis Carvalho

No seminário, uma das decisões foi acionar a equipe econômica do governo para tratar da regulamentação da Lei Assis Carvalho, de ajuda à agricultura familiar. Destacou-se também a necessidade de aprovação marco legal para a regularização da oferta de alimentos da dieta básica da população brasileira e da suspensão de benefícios legais a produtos da dieta básica cujos estoques públicos registrem níveis abaixo do correspondente a 10% das estimativas oficiais do consumo interno desses itens.

Privatizações

A luta contra as antinacionais e antipopulares privatizações foi destaque no seminário. Diferentes palestrantes condenaram a entrega do patrimônio nacional e o processo de destruição promovido pelo governo do Bolsonaro. A retomada da soberania nacional será uma das principais missões do governo Lula. Isso inclui o fortalecimento do papel do Estado na questão energética, o combate à fome como fator de soberania alimentar, investimentos em ciência e tecnologia e recuperação do protagonismo brasileiro na diplomacia internacional.



Mineração

Especialistas e parlamentares defendem um novo modelo de mineração que garanta a soberania e preserve a sustentabilidade ambiental e social no País. As posições foram manifestadas na parte do seminário que debateu os principais problemas do Brasil. A mineração, ao lado do agronegócio, é o setor que mais gera conflitos sociais, principalmente nos territórios indígenas e quilombolas e nos municípios onde a atividade é mais intensa.



Taxação das exportações de minérios

O líder da Bancada do PT na Câmara, deputado **Reginaldo Lopes**, defendeu a revisão da Lei Kandir, que isenta de imposto a exportação de minérios, gera grave perda de arrecadação para os estados produtores e incentiva a desindustrialização do País. Segundo o petista, a decisão tomada ainda na época do presidente FHC, para compensar o setor pela paridade entre o real e o dólar, não faz mais sentido. Disse que a atividade precisa se modernizar tecnologicamente, gerar dividendos para o País e respeitar o meio ambiente.



Segurança pública

Sob coordenação do deputado **Paulo Teixeira (SP),** especialistas em Segurança Pública defenderam durante o seminário o retorno do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) no governo de Lula. Segundo os palestrantes, além de ações compartilhadas com estados e municípios, o novo Pronasci também terá que investir na valorização dos profissionais do setor, bem como em uma formação que combata o racismo e o machismo estrutural – dentro e fora das corporações – e que promova o respeito à diversidade.



Defesa da democracia

A defesa da democracia foi destacada no seminário, em debate coordenado pela deputada **Maria do Rosário (PT-RS).** Ela denunciou que o ex-capitão Bolsonaro se apropriou de uma estrutura democrática, limitada, para assegurar um mandato e, depois, conspirar contra a democracia. O líder Reginaldo Lopes afirmou durante o debate: "Fora da democracia é barbárie, fora da democracia não tem contraditório".



Sistema tributário mais justo e solidário

Economistas preconizaram a implementação de uma reforma tributária justa e solidária para sustentar o desenvolvimento econômico do País com distribuição de renda e proteção ao meio ambiente. Foram apresentadas como propostas a inversão do atual modelo existente no Brasil, com uma maior taxação sobre altas rendas e patrimônio e redução dos tributos sobre o consumo e a folha de pagamentos das empresas. As mesas de debates foram coordenadas pelo deputado **Afonso Florence (PT-BA)** e pela deputada **Erika Kokay (PT-DF)**.



Economia solidária

Especialistas defenderam, como meta para o governo Lula, a adoção de estímulos à Economia Solidária como um modelo alternativo de desenvolvimento econômico para gerar trabalho e distribuir renda no País. O debate sobre o tema ocorreu junto com homenagem ao economista e professor Paul Singer, considerado o "Pai da Economia Solidária no Brasil". O evento foi coordenado pela secretária de Economia Solidária do PT, Tatiana Valente e teve participação dos deputados Bohn Gass (PT-RS), José Ricardo (PT-AM), Maria do Rosário (PT-RS) e Paulo Teixeira (PT-SP).



Energia solar e cooperativismo

O parque energético brasileiro, reorientado para a energia solar e o cooperativismo, foi tema amplamente debatido durante o Seminário Resistência, Travessia e Esperança. O coordenador da atividade, deputado **Pedro Uczai (PT-SC)**, defendeu um de seus grandes sonhos: a criação de uma Eletrobras Solar, para permitir a distribuição de energia a preços acessíveis. **Reginaldo Lopes (MG)** reforçou que é obrigação criar alternativa para enfrentar o custo elevado da energia solar. Ele sugeriu a criação de cooperativas para a produção de energia solar.



Transparência é fundamental na distribuição dos recursos

Parlamentares, gestores públicos e especialistas em questões federativas denunciaram, durante o seminário, que o sistema de distribuição de verbas por emendas, sem transparência e não necessariamente vinculadas a políticas públicas - é um entrave para a reconstrução do pacto federativo entre União, estados e municípios no governo Lula.

Povos indígenas

O governo militar que assumiu em 2019 desde o início foi totalmente contrário aos povos indígenas. Essa foi uma das constatações de mesa redonda sobre as políticas indígenas, as diretrizes e os desafios para concretização dos seus direitos. O debate foi coordenado pelo deputado federal **Zé Ricardo (PT-AM)**, vice-coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. Participaram como debatedores a deputada federal **Erika Kokay (PT-DF)**, o deputado **Airton Faleiro (PT-PA)** e o senador Humberto Costa (PT-PE).



Cultura com financiamento, pluralidade e transversalidade

Financiamento, pluralidade e transversalidade na área de Cultura foram questões levantadas pelos palestrantes que debateram essa temática, em mesa redonda conduzida pela deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)**. Em sua fala, ela reconheceu o papel transformador e revolucionário da cultura brasileira e enfatizou que as atividades na área fazem parte da organização popular, de forma plural e democrática.



Recuperação do turismo e políticas públicas

Um dos grandes desafios para a recuperação do turismo no Brasil passa pela adoção de políticas públicas como planejamento estratégico e fomento ao setor. Essa foi a conclusão dos participantes do Seminário Resistência, Travessia e Esperança, ao debaterem o tema Turismo como Vetor Estratégico para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. O evento foi coordenado pelo deputado **Zeca Dirceu (PT-PR).**



O fortalecimento da micro e pequenas empresas

O maior apoio do Estado às micro e pequenas empresas, como instrumento para a recuperação econômica do País, é um desafio estratégico para o governo Lula. No seminário, palestrantes apontaram a insuficiência atual de políticas públicas para o setor e sugeriram que o governo Lula promova ações de valorização do segmento também por meio do fomento, com o objetivo de gerar emprego e renda no País. O debate foi coordenado pelo deputado federal **Helder Salomão (PT-ES).**



Aumento da representação afro-brasileira no Parlamento

A necessidade de aumento da representatividade dos negros no Parlamento, o combate ao racismo e a retomada de políticas de enfrentamento à desigualdade racial iniciadas nos governos do PT e abandonadas após o golpe de 2016 são alguns dos desafios do País. O tema foi tratado em mesa redonda sobre Igualdade Racial e Combate ao Racismo. A deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)** afirmou que a luta pelos direitos dos trabalhadores "também é uma luta antirracista".



Mobilidade urbana

No seminário, especialistas defenderam a criação de um Sistema Único de Mobilidade Urbana no País, para garantir o direito de ir e vir em todas as cidades, e também a implantação de meios de transporte urbano de qualidade para todos os usuários. O coordenador da mesa de debate, deputado **Paulo Guedes (PT-MG)**, lembrou que nos governos do PT (Lula e Dilma) foram investidos em obras de mobilidade urbana cerca de R\$ 200 bilhões. No governo Bolsonaro, não houve apoio a investimentos. Reginaldo Lopes disse que o governo Lula terá que ter como missão recuperar a capacidade de investimento do Estado nas áreas de infraestrutura.



Mais investimentos em Educação

O desmonte produzido pelo governo Bolsonaro na educação precisa ser revertido com ampliação do orçamento, participação social e retomada de políticas de inclusão e de combate às desigualdades, problema presente nas ruas e nas escolas. Essa foi uma das constatações de especialistas durante o seminário. Todos concordaram que a área avançou sob os governos do PT, que elegeu a educação como projeto de interesse nacional. A mesa redonda foi realizada sob coordenação da deputada **Professora Rosa Neide (PT-MT)** e do deputado **Pedro Uczai (PT-SC).**

Eleger a educação como área estratégica

Especialistas e parlamentares petistas afirmaram que uma das tarefas prioritárias para o País no governo Lula será a recuperação das políticas públicas e dos investimentos na área da Educação, cortados fortemente desde o golpe de 2016, mas principalmente no governo Bolsonaro. Na mesa redonda que tratou do tema, o líder Reginaldo Lopes denunciou que o atual governo conseguiu destruir ou reduzir o alcance de políticas públicas como o Prouni, o Pronatec e o Fies – idealizadas ou fortalecidas durante os governos Lula e Dilma – e ainda cortar drasticamente os investimentos nas universidades públicas e institutos federais.



Uma economia que beneficie os excluídos

O País precisa voltar a olhar para a economia real e os excluídos. Essa foi uma das conclusões de especialistas que debateram opções para alcançar desenvolvimento com inclusão social, inclusive retirando o Brasil da Mapa da Fome, mazela que tinha acabado com os governos do PT. Sugeriram-se medidas como o fortalecimento do mercado interno, investimentos em infraestrutura, com forte aporte público, acesso ao crédito e distribuição de renda. A mesa redonda foi coordenada pelo deputado **Enio Verri (PT-PR).**



Estado como indutor do desenvolvimento

Especialistas e parlamentares defenderam a retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a partir de políticas públicas voltadas ao combate à desigualdade social, ao desemprego e à desindustrialização do País. Essa é a chave para a recuperação da economia do Brasil no governo Lula. As declarações aconteceram durante debate Economia. O evento foi coordenado pelo deputado **Enio Verri (PT-PR)**, de forma presencial, e pela prefeita de Juiz de Fora, **Margarida Salomão (PT)**, de forma virtual.

A juventude e a esperança

Esperançar foi o verbo utilizado por debatedores que se debruçaram sobre o tema Juventude, seus desafios e protagonismo na transformação e mudanças necessárias para a construção de um novo Brasil. A questão foi debatida sob coordenação do deputado **Zeca Dirceu (PT-PR)** e da secretária Nacional da Juventude do PT, Nádia Garcia, e contou com a participação dos líderes das bancadas do PT na Câmara, **Reginaldo Lopes**, e do Senado, Paulo Rocha (PA). Zeca Dirceu parabenizou a juventude do País por se organizar em diferentes estados para o primeiro título de eleitor, de olho nas eleições que em outubro daria a vitória a Lula.



Repúdio às fake news

Um dos maiores desafios da sociedade atual é o engajamento contra as mentiras e fake news e também a realização de aparato legal para a punição a quem comete esses crimes. Essa foi uma das observações de parlamentares e especialistas, entre eles os advogados Cristiano Zanin e Eugênio Aragão, durante debate sobre fake news no seminário. O debate foi coordenado pelos parlamentares **Rui Falcão (PT-SP) e Natália Bonavides (PT-RN)** e contou com a participação do líder da Bancada do PT, deputado **Reginaldo Lopes (MG)**.



Não à violência contra as mulheres

As conquistas e o legado do Partido dos Trabalhadores (PT) na promoção dos direitos das mulheres no Brasil foram tema de debate conduzido pela deputada federal **Erika Kokay (PT-DF).**

A discussão contou com a participação da ex-presidenta Dilma Rousseff, dos líderes do PT no Congresso Nacional e de parlamentares que ajudaram a construir políticas públicas feministas. Dilma abordou conceitos de movimentos feministas que precisam estar na linha da frente da construção de políticas públicas no Brasil.



Mais recurso para a ciência e a tecnologia

Especialistas e parlamentares das Bancadas do PT na Câmara e no Senado constataram: no governo Lula o setor de ciência e tecnologia precisará de mais recursos para fortalecer o Brasil no cenário econômico mundial. As declarações aconteceram em mesa redonda coordenada pelo deputado **Leo de Brito (PT-AC)**. O líder Reginaldo Lopes ressaltou que diante dos retrocessos nas políticas públicas na área, o Brasil, com Lula, vai precisar de um novo modelo de desenvolvimento, integrando a tecnologia a uma nova revolução industrial no campo e na cidade.



Financiamento da Previdência Social

Um dos desafios atuais é estabelecer novas formas de financiamento para a Previdência Social, com o objetivo de garantir o pagamento perene de aposentadorias e pensões e ainda contemplar setores hoje alijados desse direito, como trabalhadores informais ou subempregados. A constatação foi feita no seminário por especialistas e parlamentares, ao debaterem o tema "A Previdência que o Brasil Precisa". A coordenação foi da deputada **Rejane Dias (PT-PI).**



Em defesa da soberania nacional

O resgate da soberania nacional – duramente atacada pelo governo Bolsonaro – será uma das principais missões de Lula na Presidência da República. Essa foi a conclusão de parlamentares petistas e especialistas durante o seminário, ao debaterem as sucessivas violações à soberania e aos interesses nacionais desde o golpe de 2016. Os desafios são, entre outros, o fortalecimento do papel do Estado na questão energética, o combate à fome como fator de soberania alimentar, além dos investimentos em ciência e tecnologia, e reconstrução do protagonismo brasileiro na diplomacia internacional.

O Brasil frente aos desafios da economia verde

Outro grande desafio de Lula será garantir ao Brasil protagonismo internacional na economia verde, conceito que busca aliar o crescimento econômico com justiça social e preservação do meio ambiente, com baixa produção de carbono, uso eficiente e sustentável dos recursos naturais e inclusão social. O tema foi discutido no seminário, em mesa redonda sobre Transição Ecológica, sob coordenação do deputado **Nilto Tatto (PT-SP)**. Para o líder **Reginaldo Lopes**, trata-se da "pauta do futuro", e o Brasil "pode ser um grande player na economia mundial com essa nova economia", gerando milhões de empregos e ainda ajudando o planeta a reduzir o aquecimento global.

Em defesa dos direitos humanos

Em quatro anos, o governo militar Bolsonaro promoveu inúmeros retrocessos na área de direitos humanos, com a destruição de políticas públicas e incentivo à violência. Assim, resgatar o respeito aos direitos humanos e a cidadania é um dos desafios do governo Lula. Essa é uma das constatações de militantes dos direitos humanos e parlamentares do PT na Câmara e no Senado durante mesa redonda que tratou do tema, sob coordenação do ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado **Paulão (AL).**



O fortalecimento e a recuperação do SUS

Entre as tarefas primordiais do governo Lula, a partir de 2023, estão a recuperação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), atacado diuturnamente pelo governo do excapitão. O tema foi detalhadamente discutido, sob coordenação dos deputados **Jorge Solla (PT-BA), Alexandre Padilha (PT-SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP)** e pelo senador Humberto Costa (PT-PE). Os especialistas debateram também a possibilidade de construção de um sistema que envolva tecnologia e pesquisa, com a instalação de um complexo industrial na área de saúde.



A reconstrução das políticas públicas de assistência social

Especialistas na área social e parlamentares petistas constataram que as políticas públicas de assistência social no País foram destruídas ou descontinuadas pelo governo que assumiu em 2019. Diante desse cenário catastrófico, o desafio é, com Lula, reconstruir essas políticas, para combater a fome, a desigualdade e a pobreza, e também tirar do Mapa da Fome 33 milhões de pessoas. O tema foi debatido em mesa redonda coordenada pelos deputados petistas **Patrus Ananias (MG) e Odair Cunha (MG).**



Crescimento e distribuição de renda, o desafio para 2023

Debatedores do seminário, a tratarem de trabalho, emprego e renda mostraram que reconstrução nacional passa, necessariamente, pela combinação de três fatores simultaneamente: indução ao crescimento econômico, distribuição de renda e manutenção desse modelo no longo prazo. Essa é a receita para o país gerar emprego, renda e bem-estar social para a população, de acordo com os debatedores da mesa "Centralidade do trabalho no Brasil plural: desafios e agendas". O debate foi coordenado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e pelo deputado **Rogério Correia** (PT-MG).



Um novo modelo agroecológico

No governo Lula, democrático e popular, será preciso ousadia na recuperação das conquistas sociais e das políticas públicas promovidas pelas gestões do PT para o campo, incluindo a implementação de um novo sistema agroecológico. Essa foi uma das conclusões de representantes sociais do campo em mesa redonda sobre os Territórios Rurais, sob coordenação do deputado **Pedro Uczai (PT-SC).** Os palestrantes defenderam priorizar a agricultura familiar, com mais acesso a crédito e assistência técnica.





PRINCIPAIS AÇÕES DA BANCADA DO PT NA CÂMARA EM 2022

Um ano de lutas da Bancada do PT contra retrocessos e em defesa da democracia

Ao longo do ano de 2022, a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara atuou intensamente em defesa dos direitos do povo brasileiro e contra os retrocessos implementados pelo desgoverno Jair Bolsonaro. Da cultura à defesa dos direitos dos povos indígenas, da luta contra as antinacionais privatizações e o aumento dos preços dos combustíveis, a Bancada atuou em todas as frentes para impedir cortes de direitos e prejuízos aos interesses nacionais e populares.

Nas próximas páginas, um resumo de algumas das muitas atuações dos deputados e deputadas do PT na Câmara.

PEC do Bolsa Família: vitória do novo governo Lula e do povo brasileiro

Com muito diálogo e mobilização, as bancadas do PT, o governo de transição e o Congresso Nacional fizeram um acordo que assegurou aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/22), a PEC do Bolsa Família, que garante R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos para o exercício de 2023 e vai permitir o pagamento de R\$ 600,00 do Bolsa Família no primeiro ano do governo Lula. A PEC garante ainda R\$ 150,00 por filho de até 6 anos e financia programas sociais como Auxílio Gás e Farmácia Popular e assegura o aumento real do salário mínimo, entre outras conquistas.

"Quem tem fome tem pressa". Esse foi o principal argumento dos parlamentares do PT em defesa da aprovação da PEC. Eles lembraram que o governo Bolsonaro colocou o País de volta no Mapa da Fome, com 33 milhões de brasileiros padecendo dessa mazela atualmente. O líder do PT, deputado **Reginaldo Lopes (MG)**, resumiu: "A aprovação da PEC garante o começo da reconstrução do Brasil porque, além de levar comida à mesa de quem mais precisa, assegura recursos para a área da saúde, da educação e das diversas políticas públicas.

Os recursos vão garantir ações complementares, como o ensino integral e a proteção à primeira infância, a correção na aplicação dos recursos na saúde, que está subfinanciada. A PEC corrige o orçamento de 2023, que foi enviado ao Congresso com dotação de R\$ 23 bilhões a menos do que o de 2022. Isso tornaria a saúde pública inviável no tratamento de pessoas que estão fazendo rádio ou quimioterapia, por exemplo.



PEC do Bolsa Família é aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional – Foto: Portal Gov. BR

Reginaldo Lopes lembrou que a folga orçamentária vai permitir R\$ 75 bilhões a diferentes ministérios para a implementação de diversas políticas públicas. "São ações complementares ao enfrentamento à fome, à miséria e à desigualdade, para impulsionar a retomada da economia, com investimentos que vão gerar empregos e renda", disse.

Importante assinalar também que a valorização do salário mínimo anunciada por Lula, com aumento real de 1,4% em 2023, será fundamental para melhorar o mercado interno, promover o aquecimento da economia e garantir o poder de compra do povo brasileiro. Tudo isso será construído com estabilidade econômica. "É a estabilidade econômica, com controle da inflação que garante perspectiva de futuro e poder de compra para o povo brasileiro", observou Reginaldo Lopes.

Bancada do PT garante recursos para a Cultura

Com muita luta e mobilização, a Bancada do PT e de outros partidos de Oposição, artistas e movimentos culturais garantiram a aprovação de duas leis fundamentais para o fomento do setor cultural brasileiro: a Lei Paulo Gustavo, que assegura R\$ 3,86 bilhões para a cultura, e a Lei Aldir Blanc 2, que garante o repasse anual de R\$ 3 bilhões aos governos estaduais e municipais, durante cinco anos, para financiamento de iniciativas do setor. As duas leis foram vetadas por Bolsonaro, mas os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional.

Inimigo da Cultura, o governo Bolsonaro então editou medida provisória (MP 1135/2022) para impedir os repasses previstos nas duas leis de autoria de parlamentares do PT, mas a Bancada do partido defendeu a devolução da MP para impedir um calote no setor cultural brasileiro. "Foi uma derrota do obscurantismo bolsonarista", resumiu o líder do PT, deputado Reginaldo Lopes.



Deputada Rosa Neide (MT), preside a Comissão de Cultura - Foto: Gustavo Bezerra

Ações contra a privatização da Eletrobras

O governo Bolsonaro privatizou a Eletrobras - a maior empresa do sistema elétrico do País e a maior geradora de energia elétrica da América Latina - pela quantia irrisória de R\$ 33,7 bilhões. A Bancada do PT agiu em todas as frentes para barrar a criminosa privatização: entrou com diversas ações no Tribunal de Contas da União (TCU), no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Justiça Federal do Distrito Federal.

Para os petistas, a empresa foi vendida a preço de banana, o que caracteriza crime de lesa-pátria. "Tática nefasta de vender ações da Eletrobras até o governo perder o controle da empresa foi o golpe mais baixo que já se viu", denunciou a presidenta do PT, **Gleisi Hoffmann (PR).** Ela criticou a ação antinacional do governo do ex-capitão, com foco no chamado mercado e sem considerar os interesses da população brasileira.



Presidenta Nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR) - Foto: Gustavo Bezerra

Mobilização do PT manteve Reforma Administrativa engavetada

Parlamentares do PT e sindicalistas estiveram atentos e mobilizados durante todo o ano para evitar a inclusão da PEC 32/20, conhecida como a PEC da Reforma Administrativa, na pauta do plenário. O texto, que desmonta o Estado Brasileiro e o serviço público, foi aprovado em comissão especial no final de 2021, com o voto contrário do PT. Mas não foi adiante graças à unidade dos parlamentares de esquerda com as centrais e entidades sindicais nas mobilizações nas redes e nas ruas.

O deputado **Rogério Correia (PT-MG)**, que coordenou a bancada na comissão que tratou do tema, denunciou que PEC mexe, entre outros pontos, nas formas de contratação de servidores públicos, ampliando as possibilidades de terceirização e de privatização por meio de contratos temporários e outros mecanismos que permitem ao Estado deixar de cumprir seu papel.



Parlamentares petistas participam de ato contra a PEC 32 na entrada da Câmara Federal. Foto - Gabriel Paiva

PT defendeu mudança na política de preços dos combustíveis e do gás de cozinha

Ao longo de todo o governo Bolsonaro, os preços dos combustíveis e do gás de cozinha não pararam de subir. O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), acusou Bolsonaro de ser o principal responsável pela situação, pois não teve coragem de agir como controlador majoritário da Petrobras para impedir a dolarização dos preços.

Para conter os inúmeros aumentos, a deputada **Natália Bonavides (PT-RN)** entrou com ação na Justiça Federal. A Câmara aprovou o projeto de lei (PL 1374/21), de autoria do deputado **Carlos Zarattini (PT-SP)** e de toda a Bancada do PT, que cria o Vale Gás, um subsídio mensal a ser pago pelo governo e destinado aos mais pobres. Graças ao PT, a população de baixa renda passou a comprar botijão de gás de cozinha com desconto de 50%. O PT defende o fim da dolarização da política de preços da Petrobras, iniciada com o golpe de 2016 e aprofundada por Bolsonaro.



Deputado Carlos Zarattini (SP), é autor da lei do Vale Gás - Foto: Gustavo Bezerra

Defesa dos povos e das terras indígenas foram prioridades do PT

A Bancada do PT elegeu como prioridade ao longo de 2022 a defesa dos direitos dos povos indígenas, vítimas de uma política nefasta do desgoverno do ex-capitão. A Bancada votou contra o pedido de urgência para a tramitação do projeto de lei (PL 191/2020) que libera a mineração em terras indígenas. Os líderes da Bancada, Reginaldo Lopes (MG), e da Minoria, deputado **Alencar Santana (PT-SP)**, apresentaram pedido à Presidência da Câmara para a suspensão e arquivamento da matéria.

Os deputados petistas **Nilto Tatto (SP) e Airton Faleiro (PA)** também condenaram a liberação de mineração em terras indígenas e áreas protegidas contida no projeto de lei (PL 571/22). Ambos denunciaram que a medida, se aprovada, constitui crime contra os povos indígenas, é inconstitucional e ainda ameaça o meio ambiente e a vida.



Deputado Nilto Tatto (SP), recebe a juventude indígena para tratar do PL/191. Foto: Gustavo Bezerra



Deputado Airton Faleiro (PA), se reúne com lideranças indígenas – Foto: Gabriel Paiva

Bancada do PT na trincheira contra a privatização dos Correios

O Partido dos Trabalhadores sempre lutou pelas empresas públicas nacionais e para que seus serviços chegassem a todos os brasileiros. Não foi diferente com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A Bancada do PT resistiu e travou uma luta árdua para que os Correios não fossem privatizados. Os petistas denunciaram que o projeto de lei (PL 591/21), do governo Bolsonaro, o qual estabeleceu condições para a privatização dos Correios, é inconstitucional, mas mesmo assim foi aprovado na Câmara.

O deputado **Leonardo Monteiro (PT-MG)**, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios, argumentou que um projeto de lei não poderia alterar a Constituição. Ele explicou que o sistema postal está garantido no artigo 175 da Constituição, um serviço que tem que ser realizado por uma empresa pública.



Audiência pública com a Frente Parlamentar e funcionários dos Correios - Foto: Lula Marques

Bancada unida em defesa da Educação

O inimigo número 1 da educação brasileira foi derrotado no Parlamento pela forte atuação dos parlamentares da Bancada do PT e dos demais partidos da Oposição. A Bancada atuou firmemente em defesa da garantia dos recursos para a educação, em especial das universidades públicas, dos institutos federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O ministro da Educação, Victor Godoy, teve que ir à Câmara explicar os cortes e anunciou o pagamento dos valores contingenciados.

A bancada petista também conseguiu barrar o avanço da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 206/2019) que permite a cobrança de mensalidades por universidades públicas, retrocesso apoiado pelo desgoverno Bolsonaro. Para os petistas o artigo 206 da Constituição é claro ao dizer que "a educação é direito de todos e um dever do Estado".



Mobilização de estudantes e parlamentares para barrar PEC da universidade paga – Foto: Lula Marques

Projeto de petista garante o piso da enfermagem

A Bancada do PT na Câmara acompanhou e apoiou desde o início a luta dos enfermeiros, enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras para garantir a aprovação do tão sonhado piso salarial da categoria, que congrega mais de 2,5 milhões de profissionais da saúde em todo o País. O projeto, aprovado em maio, de autoria do senador petista Fabiano Contarato (ES), assegura um piso de R\$ 4.750,00 para enfermeiros, 70% desse valor para os técnicos de enfermagem (R\$ 3.325,00) e 50% para auxiliares de enfermagem e parteiras (R\$ 2.375,00).



Parlamentares comemoram aprovação do piso da enfermagem - Foto: Gustavo Bezerra



Em maio, líder Reginaldo Lopes (MG), participou de ato em defesa do piso da Enfermagem. Foto: Lula Marques

Para dar mais robustez e segurança jurídica, em julho passado foi aprovada, com o voto do PT, a PEC 11/22, que constitucionaliza o piso da categoria. As bancadas do PT na Câmara e no Senado se somaram à luta da categoria para aprovar fonte de recursos para garantir o pagamento do piso da enfermagem no setor público. Com isso, foi aprovada a PEC 42/2022, que garante fonte de recursos e abre caminho para que o STF autorize a implementação da medida.





PT NA CÂMARA BRASÍLIA - Dezembro de 2022